



Sindsep/MA participa de ato contra Bolsonaro e do Grito dos Excluídos

O Sindsep/MA representado por membros da Direção, participou na manhã da última terça-feira, 7 de setembro, Dia da Independência, de ato contra a desgoverno Bolsonaro.

Centrais, sindicatos e demais movimentos sociais se concentraram no estacionamento do Projeto Reviver, e em seguida foram em carreta até a Praça do Viva da Vila Embratel, onde participaram do Grito dos Excluídos.

A classe trabalhadora, sociedade civil organizada e moradores da área Itaqui-Bacanga saíram em caminhada pelas ruas da Vila Embratel, percorreram um trecho da BR – 135 e finalizaram o Grito dos Excluídos na Praça do Baganca, onde houve um ato cultural e doação de feijão aos moradores.

“A classe trabalhadora precisa manter a mobilização contra os ataques constantes do desgoverno Bolsonaro. A sociedade precisa manter a vigilância contra as investidas de Bolsonaro contra a democracia. Estamos passando por um momento tenso e a união de todos os brasileiros é preponderante para que possamos garantir a ordem e a manutenção do estado democrático de direito”, afirmou Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Atos contra Bolsonaro em todo o Brasil

Nas ruas de mais de 220 cidades em todo o Brasil, a sociedade brasileira confirmou o que dizem os principais institutos de pesquisa sobre a rejeição ao presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) e seu governo. A maioria dos brasileiros considera o governo Bolsonaro ruim ou péssimo.

Pesquisa Datafolha de junho mostrou que 75% dos brasileiros defendem a democracia contra 10% que defendem a ditadura.

E, para completar, todas as últimas pesquisas sobre a intenção de voto para presidente em 2022 apontam derrota acachapante – em todos os cenários – de Bolsonaro e, indicam vitória do ex-presidente Lula.

No dia 7 de setembro, mais do que comprovar essa rejeição, o povo brasileiro esteve nas ruas por um basta ao autoritarismo de Bolsonaro, um basta aos seus desmandos, ao projeto de destruição da democracia. É uma batalha árdua que vem sendo travada desde o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff e que agora, com o endurecimento de Bolsonaro em sua jornada para se perpetuar no poder, se intensifica.

A mobilização de 7 de setembro foi a quinta este ano e inclui o 27º Grito dos Excluídos, movimento que teve origem em 1994 e que representa a luta dos mais vulneráveis por justiça social. Somados, todos os protestos já levaram milhões de pessoas às ruas para exigir o fim do governo de Bolsonaro.





Marco temporal

Fux encerra sessão antes de Fachin votar

Visivelmente tenso, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux encerrou ontem, 8, a sessão que julga o marco temporal antes de completar duas horas do início dos trabalhos e sem que o relator do caso, ministro Luiz Fachin, chegasse a iniciar o julgamento do mérito.

A sessão será retomada hoje, quinta-feira (9). Até a interrupção, Fachin, que reafirmou a necessidade de definição de jurisprudência sobre o tema, havia apenas feito considerações sobre os argumentos apresentados a favor e contra a tese.

O que está em jogo no STF é a declaração de constitucionalidade da tese do marco temporal para fins de demarcação, que valerá para dezenas processos paralisados na Justiça. Pela tese, de interesse dos ruralistas, só poderão ser demarcadas terras ocupadas pelos grupos indígenas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Marco temporal e outras ameaças

Enquanto o julgamento se arrasta, mais de 5 mil representantes de povos indígenas seguem acampados em Brasília. Começou no domingo (5) e ter-

mina neste sábado (11) a Semana Global de Ação para a Amazônia. As lideranças tentam aproveitar a visibilidade do julgamento do marco temporal para chamar apoio para o evento.

Conforme a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o ecossistema amazônico e os povos indígenas do Brasil estão atualmente sendo atacados pelo governo brasileiro em várias frentes. Uma delas é o marco temporal, uma tentativa de mudar a Constituição para reverter a demarcação das terras indígenas. E também por projetos de lei propostos pelo governo de Jair Bolsonaro, que visam legalizar a grilagem de terras e favorecer as indústrias extrativas em relação aos meios de subsistência indígenas. Entre eles estão o PL 3729 relacionado à dispensa de Licenciamento Ambiental para empreendimentos econômicos. Também o PL 2633, referente às questões de grilagem, o PL 490, que altera o estatuto do índio e o PL 6299, do Pacote do Veneno.

Os povos indígenas apelam para o engajamento. “Se essas leis forem aprovadas, nenhuma das tentativas da comunidade internacional de lidar com a mudança climática terá importância. Devemos soar alarmes em todo o mundo. Estamos quase sem tempo para nos salvar”.

STF versus Bolsonaro

No começo da sessão, o presidente do STF leu pronunciamento do colegiado em resposta às provocações do presidente Jair Bolsonaro feitas em atos de seus apoiadores em Brasília e em São Paulo neste 7 de Setembro. Bolsonaro falou em ‘ultimato’ ao pedir que Fux enquadre o ministro Alexandre de Moraes e também em descumprir decisões judiciais.

“O Supremo Tribunal Federal também não tolerará ameaças à autoridade de suas decisões. Se o desprezo às decisões judiciais ocorre por iniciativa do chefe de qualquer dos Poderes, essa atitude, além de representar atentado à democracia, configura crime de responsabilidade, a ser analisado pelo Congresso Nacional”, disse.

“Ninguém fechará esta Corte. Nós a manteremos de pé, com suor e perseverança. No exercício de seu papel, o Supremo Tribunal Federal não se cansará de pregar fidelidade à Constituição. E, ao assim proceder, esta Corte reafirmará, ao longo de sua perene existência, o seu necessário compromisso com a democracia, com os direitos humanos e com o respeito aos poderes e às instituições deste país”, disse também.

Fonte: Rede Brasil Atual